2 — Nomear como fiscal único suplente da mesma entidade a sociedade António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães, revisor oficial de contas.

19 de Janeiro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 233/2006. — O Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de Março, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Dezembro, relativa à segurança geral dos produtos, criou a Comissão de Segurança de Serviços de Bens de Consumo, remetendo para despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e da defesa do consumidor a fixação do valor das senhas de presença a atribuir aos membros daquela Comissão.

Assim, dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de Março, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e da Inovação, o seguinte:

1 — O montante das senhas de presença a abonar aos membros da Comissão de Segurança de Serviços e Bens de Consumo é fixado em 20% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da Administração Pública por cada sessão de trabalho em que participem.

2 — Os membros da Comissão que se desloquem do seu domicílio profissional para participar nas reuniões da Comissão de Segurança têm direito ao abono de ajudas de custo e de transporte, de acordo com o regime e de montante igual ao fixado para os funcionários e agentes do Estado com vencimentos superiores ao índice 405 da escala do regime salarial.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da primeira reunião daquela Comissão.

8 de Fevereiro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Despacho conjunto n.º 234/2006. — Considerando a necessidade da existência e manutenção do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE), visando o apoio às tarefas de gestão, acompanhamento e avaliação da execução do 3.º Quadro Comunitário de Apoio e das Intervenções Operacionais, de forma a assegurar o cumprimento de obrigações comunitárias decorrentes dos Regulamentos (CE) n.ºs 1260/1999, de 26 de Junho, e 438/2001, de 3 de Março, ambos da Comissão Europeia, bem como as determinadas, no ordenamento interno, pelo Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril;

Considerando que as funções de operação do SIIFSE exigem a afectação de recursos humanos de molde a garantir o normal e regular funcionamento dos serviços em questão:

Assim, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 41.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, conjugada com os artigos 6.º, 20.º e 21.º, todos do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 13-E/98, de 31 de Agosto, e de acordo com o previsto no artigo 11.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 153.º e os artigos 188.º e seguintes do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e depois de observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, determina-se:

1 — É aprovado o Regulamento do Horário de Trabalho por Turnos do Pessoal Afecto às Funções de Operação do SIIFSE, anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

2 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

14 de Fevereiro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

ANEXO

Regulamento do Horário de Trabalho por Turnos do Pessoal Afecto às Funções de Operação do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE).

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente Regulamento aplica-se ao pessoal ao serviço do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P. (IGFSE), afecto às funções de operação do SIIFSE.

2 — A afectação do pessoal ao regime de trabalho por turnos é feita por deliberação do conselho directivo do IGFSE, precedida de consulta aos trabalhadores visados e uma vez observados os condicionamentos legais, nomeadamente o disposto no n.º 2 do artigo 173.º do Código do Trabalho.

Artigo 2.º

Regime de trabalho por turnos

1 — O trabalho por turnos é prestado, em regra, no regime de três turnos diários, distribuídos de segunda-feira a sexta-feira, com a duração semanal de trinta e cinco horas.

2 — Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, poderá o conselho directivo reduzir o regime para dois turnos diários.

3 — Os turnos têm duração não inferior a sete horas diárias cada um e são rotativos e de variação regular, só podendo ocorrer a mudança de turno após o descanso semanal.

4 — Em casos excepcionais, como tal reconhecidos pelo dirigente do serviço e aceites pelo funcionário, pode ocorrer a mudança de turno nos termos do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto.

5 — O período normal de funcionamento diário inicia-se às 8 e termina às 23 horas, competindo ao conselho directivo determinar os horários dos turnos.

6 — Em cada turno, as interrupções que não sejam superiores a trinta minutos consideram-se incluídas no período de trabalho.

7 — Não podem ser prestadas mais de cinco horas de trabalho consecutivo.

8 — Compete ao dirigente máximo do serviço fixar as respectivas escalas e assegurar o seu cumprimento.

9 — O pessoal em regime de turnos tem direito a um subsídio correspondente a um acréscimo de remuneração, no montante de 20% ou 18%, consoante se trate de três ou dois turnos diários, calculado sobre a remuneração efectivamente auferida, o qual inclui a remuneração devida por trabalho nocturno.

Artigo 3.º

Trabalho suplementar, extraordinário, em dias de descanso e em feriados

1 — Dado o carácter específico das funções abrangidas pelo presente Regulamento, poderá o pessoal sujeito ao horário de trabalho por turnos ser obrigado, nos termos legais, à prestação de trabalho suplementar ou extraordinário, em dias de descanso e em dias feriados.

2 — A percepção do subsídio de turno não afasta a remuneração por trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal ou complementar, nos termos da lei geral, sempre que haja necessidade de prolongar o período de trabalho.

Artigo 4.º

Disposição final

Em tudo quanto não estiver previsto no presente Regulamento, aplica-se:

- ao pessoal abrangido pelo regime jurídico da função pública, o disposto no Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- ao pessoal abrangido pelo regime do contrato individual de trabalho, as normas do direito laboral geral e especial.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 5041/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar

concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o CTEN FZ 60378, Manuel Leão de Seabra, por um período de um ano, em substituição do CFR FZ 266173, Benjamim de Jesus Correia, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 9, «Apoio técnico à formação e organização de fuzileiros navais», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

20 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Despacho n.º 5042/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 191/71, de 11 de Maio, de harmonia com o artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 11/95, de 23 de Maio, e com o despacho n.º 23 753/2002 (2.ª série), de 8 de Novembro, no uso das competências aí delegadas, nomeio para o cargo de técnico auxiliar de electricidade e material da Estação Ibérica NATO do Sistema SATCOM o 1SAR E (419182) João Paulo de Oliveira Marques, a partir de 1 de Fevereiro de 2006, em substituição do 1SAR E (179780) José Manuel Ferreira de Oliveira, que fica exonerado do referido cargo a partir de 31 de Janeiro de 2006.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Janeiro de 2006. — A Directora-Geral, *Clarinda Cabral dos Santos Mendes de Sousa*.

MARINHA

Flotilha

Deliberação n.º 268/2006. — *Delegações e subdelegações de competências.* — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, o conselho administrativo da Flotilha, reunido em 13 de Fevereiro de 2006, deliberou delegar no director, capitão-tenente Hélder Joaquim do Carmo Limpinho, a competência para autorizar despesas, no âmbito do depósito POLNATO de Ponta Delgada:

- a) Com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 4987,97, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- b) Com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 4987,97, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

2 — Esta deliberação produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2006.

13 de Fevereiro de 2006. — O Presidente, *Fernando Delfim Guimarães Tavares de Almeida*, CALM. — O Vogal, Chefe do DAF, *João Carlos Dias Carvalho*, CTEN AN. — O Secretário, *António Pedro Mesquita Bernardino*, 1TEN AN.

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Recrutamento e Selecção

Aviso n.º 2832/2006 (2.ª série). — *Concurso extraordinário para ingresso na classe de médicos navais do quadro permanente do activo dos oficiais da Armada.* — Por determinação do superintendente dos Serviços do Pessoal faz-se público que, nos termos da Portaria n.º 632/78, de 21 de Outubro, e do despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 73/96, de 4 de Novembro, se encontra aberto concurso extraordinário de ingresso de médicos especialistas de ambos os sexos na classe de médicos navais do quadro permanente

dos oficiais da Marinha para preenchimento das vacaturas na especialidade que abaixo se indica:

Medicina Interna — duas vagas.

I — Requisitos:

- Sólida formação clínica, com nível de informações que comprovem a sua qualidade técnica;
- Sensibilidade para os problemas de carácter operacional na Marinha que impliquem resposta clínica eficaz e célere, conducente a uma rápida recuperação e aptidão para o serviço, no âmbito da sua especialidade;
- Conhecimentos na área da medicina hiperbárica;
- Nível de experiência e conhecimentos que permitam colaborar de forma adequada no ensino de cursos que integrem a medicina hiperbárica.

II — Prazo de candidatura:

A candidatura deve ser formalizada até 17 de Março de 2006. A incorporação ocorrerá em 17 de Abril de 2006.

III — Condições gerais de admissão:

- 1) Ser cidadão português;
- 2) Ter aptidão física e psicotécnica, verificada em inspecção médica;
- 3) Possuir licenciatura em Medicina obtida em universidade portuguesa ou válida em Portugal;
- 4) Possuir situação militar regularizada (para candidatos do sexo masculino);
- 5) Ter bom comportamento moral e civil;
- 6) Ter idade igual ou inferior a 36 anos no dia 31 de Dezembro de 2006, excepto no que respeita aos militares dos quadros permanentes;
- 7) Ser médico especialista das carreiras médicas civis e da especialidade para que foi aberto o concurso.

IV — Documentos a apresentar — os candidatos devem entregar ou remeter ao Centro de Recrutamento da Armada, Repartição de Recrutamento e Selecção, Instalações Navais de Alcântara, Praça da Armada, 1300-027 Lisboa, os seguintes documentos:

- 1) Requerimento dirigido ao vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal onde conste, além do pedido de admissão ao concurso, o seguinte:
 - a) Nome, idade, estado civil e profissão;
 - b) Filiação;
 - c) Naturalidade (freguesia, concelho e distrito);
 - d) Residência e número de telefone;
 - e) Número e data do bilhete de identidade e arquivo de identificação que o emitiu;
 - f) Deverá mencionar a frase que se segue, caso esteja de acordo: «Autorizo que os meus dados pessoais sejam informatizados para formalização da minha candidatura»;
- 2) Fotocópia do bilhete de identidade;
- 3) Fotocópia da cédula militar;
- 4) Fotocópia do cartão de contribuinte;
- 5) Declaração do interessado de que não exerce qualquer cargo ou funções nos serviços do Estado, autarquias locais ou pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, nem fica abrangido por quaisquer disposições legais relativas a incompatibilidade, ou declaração de cargo ou função que porventura exerce em qualquer das condições mencionadas, com expressa indicação de que dele pedirá exoneração caso se verifique a incompatibilidade ou acumulação não permitida;
- 6) Fotocópia do diploma de licenciatura;
- 7) Fotocópia do certificado de habilitações do internato geral e complementar;
- 8) *Curriculum vitae* e outros documentos que comprovem o mérito profissional e científico do candidato;
- 9) Certidão do registo criminal;
- 10) Microrradiografia ou raio X ao tórax tirada nos 60 dias anteriores ao primeiro dia de provas de classificação e selecção.

V — Normas do concurso:

1 — O júri do concurso é nomeado por despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, sob proposta do director do Serviço de Saúde.

2 — O júri é composto por um presidente e vogais em número a determinar pertencentes à especialidade a que respeitar.

3 — O presidente do júri ou vogais são oficiais do quadro permanente, podendo ser, em casos justificados, assessores científicos civis.